



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Do Senhor Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido de REQUISIÇÃO, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das ONGs, Senador Plínio Valério, de documentos sobre o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e recursos recebidos em 2022 do Fundo Amazônia.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência que, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952, e §4º do art. 61 combinado com §5º, art. 98, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja submetido à deliberação no Plenário desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a REQUISIÇÃO, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das ONGs, Senador Plínio Valério, de documentos sobre o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e recursos recebidos em 2022 do Fundo Amazônia.

JUSTIFICATIVA

No dia 17 de outubro de 2023, na CPI das ONGs do Senado Federal, foi tomado o depoimento do diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), André Guimarães.



Durante a tomada de depoimento, assim conforme documentos recebidos pela CPI das ONGs, foi apontado que o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) teria recebido R\$ 780 milhões desde que foi criado.

Além disso, em seu depoimento, o diretor executivo do IPAM, André Guimarães, admitiu ainda que 75% dos recursos do Instituto têm origem em entidades públicas ou fundações e entidades filantrópicas internacionais. “O orçamento médio do Instituto é de aproximadamente R\$ 23 milhões, nos últimos 10 anos”, afirmou o diretor.

Em 2022, o orçamento do IPAM foi de R\$ 39 milhões e os levantamentos mostram que mais de 50% do arrecadado serviu para pagar os salários dos funcionários da ONG¹.

E se for somado o que a ONG gastou com viagens, parcerias e consultorias, foi consumido perto de R\$ 30 milhões, mais de 80% do orçamento, com a própria estrutura.

Nessa ocasião, o presidente da CPI criticou que os R\$ 24 milhões que a ONG recebeu do Fundo Amazônia seguiu o mesmo padrão, com uma quantia irrisória de fato chegando e beneficiando a população amazônica.

Segundo a CPI, que investiga o terceiro setor, são apuradas relações da Ministra Marina Silva em atuações que poderiam privilegiar ONGs ao facilitar a distribuição do Fundo Amazônia, no qual também ocupa o Comitê Orientador do Fundo.

Por tais razões, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente requerimento, com a finalidade de que sejam requisitados e encaminhados a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle os documentos referentes ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e os recursos recebidos em 2022 via Fundo Amazônia, possibilitando, assim, a apuração e fiscalização orçamentária e operacional pela Comissão das aplicações do Fundo Amazônia.

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/17/ong-bancada-por-dinheiro-estrangeiro-e-questionada-em-cpi>



Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2023.



Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

